

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

NARA RAYSA DE SOUZA

“LUGAR DE MULHER É EM CASA”: Uma reflexão sobre as esferas produtiva,
reprodutiva e doméstica do trabalho de mulheres que atuam no home office à luz do
Feminismo Radical

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2022

NARA RAYSA DE SOUZA

“LUGAR DE MULHER É EM CASA”: Uma reflexão sobre as esferas produtiva, reprodutiva e doméstica do trabalho de mulheres que atuam no home office à luz do **Feminismo Radical**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Me. Maria Aparecida Trindade Pereira

NARA RAYSA DE SOUZA

“LUGAR DE MULHER É EM CASA”: Uma reflexão sobre as esferas produtiva, reprodutiva e doméstica do trabalho de mulheres que atuam no home office à luz do **Feminismo Radical**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 06/12/2022

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Me. Maria Aparecida Trindade Pereira

Membro: Me. Jéssica Queiroga de Oliveira / UNILEÃO

Membro: Me. Tiago Deividy Bento Serafim / UNILEÃO

“LUGAR DE MULHER É EM CASA”: UMA REFLEXÃO SOBRE AS ESFERAS PRODUTIVA, REPRODUTIVA E DOMÉSTICA DO TRABALHO DE MULHERES QUE ATUAM NO HOME OFFICE À LUZ DO FEMINISMO RADICAL

Nara Raysa de Souza¹
Maria Aparecida Trindade Pereira²

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade refletir sobre a construção do trabalho em suas esferas, sendo elas: produtiva, reprodutiva e doméstica correlacionado com as mulheres que trabalham na modalidade de home office com base teórica no feminismo radical. Abordar questões laborais está estritamente ligado em falar sobre gênero, e para isso é preciso se colocar em debate as formas de organização da sociedade e da cultura, compreendendo que a ideia de uma divisão da vida entre privada e pública serve aos interesses patriarcais por trazer a concepção de que não há lugar para crítica e problematização dos acontecimentos da vida privada da mulher. O estudo foi feito através de análise de publicações sobre a temática entre novembro de 2016 e fevereiro de 2022 e revisão bibliográfica. Foi possível inferir do estudo que o teletrabalho tem forte influência na manutenção do papel social da mulher do cuidado e tarefas domésticas, além da percepção sobre o perfil da mulher que está no *home office*. Com isso, se deu notória a ausência de estudos focados na temática e principalmente sobre as mulheres que se encontram fora do perfil racial-econômico apresentado como presente no trabalho remoto.

Palavras-chave: Trabalho. Home office. Gênero. Feminismo Radical. Divisão Sexual.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the construction of work in its spheres, which are: productive, reproductive and domestic correlated with women who work in the home office modality with a theoretical basis in radical feminism. Addressing labor issues is strictly linked to talking about gender, and for that it is necessary to put into debate the forms of organization of society and culture, understanding that the idea of a division of life between private and public serves patriarchal interests by bringing the conception that there is no place for criticism and problematization of events in the private life of women. The study was carried out through the analysis of publications on the subject between November 2016 and February 2022 and a literature review. It was possible to infer from the study that teleworking has a strong influence on the maintenance of the women's social role of care and household chores, in addition to the perception of the profile of the woman who is in the home office. With this, it is noticeable the absence of studies focused on the theme and especially on women who are outside the racial-economic profile presented as present in remote work.

Keywords: Labor. Home office. Gender. Radical Feminism. Sex Division.

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: nara.rsouzas@gmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: mariaaparecida@leaosampaio.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Falar sobre trabalho está estritamente ligado em falar sobre gênero, e para isso é preciso se colocar em debate as formas de organização da sociedade e da cultura. Jeffreys (2014) ressalta que a ideia de uma divisão da vida entre privada e pública serve aos interesses patriarcais por trazer a concepção de que não há lugar para crítica e problematização dos acontecimentos da vida privada da mulher. Tal vida no qual se restringe especificamente ao espaço-casa, termo no qual segundo Engels (2019), surge com a delimitação do trabalho feminino definido como doméstico e reprodutivo.

Sendo assim, o primeiro se refere às tarefas de cuidados com a casa, seja na produção de refeições, lavagens de roupas, higienização dos espaços, entre outros. E o segundo se caracteriza pela responsabilidade do cuidar e tornar como única responsável das crianças presente e desenvolvimento desses sujeitos, sendo assim, a mulher se caracteriza como maior força motriz para o sistema econômico-social capitalista, no qual ela gera um novo proletariado, o educa enquanto sujeito civil, consegue sanar suas necessidades básicas: produção de refeição e higiene básica, tornando apenas com a responsabilidade de realizar o trabalho produtivo. E neste tocante que surge analisar e compreender como se configura a estrutura de poder sob as mulheres que realizam o seu trabalho produtivo na modalidade de *home office*, advindo na perspectiva das outras duas esferas, sendo o reprodutivo e doméstico?

Abordando a famosa frase de Beauvoir (2018) “não se nasce mulher, torna-se mulher” (pg. 4) traz a concepção da autora, padrões de comportamento são impostos à criança de acordo com sua genital. Assim o processo de socialização, contínuo, tem o papel de construir e manter as normas comportamentais dos sujeitos, comportamentos estes de masculinidade e feminilidade. Com isso, é compreendido o gênero enquanto um sistema socialmente construído e caracterizado por um processo constante de aprendizado de comportamentos aceitos ou não, que se evidencia a importância de uma educação pautada na luta pela libertação. Entender que os padrões de gênero impedem a liberdade dos sujeitos de serem quem são e de se expressarem da forma que querem é essencial para se pensar as formas de combater a violência decorrente desses padrões.

Destarte, urge a importância do entendimento de trabalho e gênero como uma categoria de análise cultural, social, política e histórica, pela qual ultrapasse os limites da escrita acadêmica, e possibilite a associação teórico-prática a todos é como consequência proporciona a transformação social. Com isso, o presente artigo tem por objetivo,

proporcionar reflexão sobre a construção do trabalho em suas esferas, sendo elas: produtiva, reprodutiva e doméstica correlacionado com as mulheres que trabalham na modalidade de *home office* com base teórica no feminismo radical.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica, descritiva com abordagem qualitativa aos dados, indexada entre novembro de 2016 e fevereiro de 2022 na base de dados do BVS Psicologia Brasil, Periódicos Eletrônicos em Psicologia e Scielo. A pesquisa foi realizada pelas palavras-chave “trabalho”, “gênero”, “home office” e “materialismo histórico” presente nos artigos encontrados. Ao total, 6 artigos foram selecionados para embasamento e debate no atual trabalho.

A amostra do estudo foi constituída por artigos científicos em Português, todos completos e disponíveis, com publicação entre novembro de 2016 e fevereiro de 2022. Esse levantamento vem a confirmar que, dentro dos estudos sobre a o trabalho doméstico das mulheres, há uma invisibilidade sobre a temática, normalizando esse espaço de opressão, compreendendo apenas a existência dessa estrutura e fenômeno social no contexto pandêmico, além disso, quando a análise consiste em observar esse panorama sobre mulheres negras no Brasil é visto um número nulo de publicações que abordam a temática.

3. A CONSTRUÇÃO DO PATRIARCADO E GÊNERO A PARTIR DO FEMINISMO RADICAL

O termo “Patriarcado”, tem um origem longínqua e antiga, tendo seu sentido e significado se modificado durante as décadas, desde o século XIX até o momento atual, desde a década de 70 com a segunda onda feminista surgida no ocidente. Na concepção feminista atual, o patriarcado passa a ser designado enquanto sistema e formação social em que os homens detêm o poder, ou em que o poder é inteiramente dos homens (MORGANTE; NADER, 2014). Sendo muitas vezes, por isso, utilizado enquanto sinônimo de “dominação masculina”, ou de opressão das mulheres. Sempre se referindo assim, como consequência ao sistema de subordinação ou sujeição das mulheres (ARRUZZA, 2015).

Patriarcado vem do grego *Pater* (pai) e *arkhe* (origem e comando). Anterior à isso, durante o século XIX o termo vinha sendo ligado ao modo de organização mundial na sociedade, se referindo, desse modo, o patriarcado e os patriarcas aos dignitários da igreja,

dentro de concepções teóricas da igreja, onde os patriarcas seriam os primeiros chefes da família que viveram (DELPHY, 2009).

Partindo disso, a compreensão de patriarcado se refere diretamente à autoridade do pai. Pai, enquanto figura que é o primeiro e a origem das novas gerações, se referindo ainda à figura de autoridade. Entretanto, cabendo ressaltar que *pater* não designa pai no sentido contemporâneo e nada tem a ver com pai no sentido biológico, em tal concepção *pater* se refere a todo homem que não dependa de nenhum outro sujeito e que exerça algum grau de autoridade sobre as famílias e àqueles que estão em seu domínio (LERNER, 2019).

A segunda concepção de patriarcado é feita por Morgan e Bachofen e posteriormente adotada por Engels, sendo a que permanecerá até a chegada dos anos 70 (DELPHY, 2009). Os autores definem a existência de um direito materno que teria sido substituído por um direito paterno. Antes dos autores trazerem a questão para o debate o adjetivo "patriarcal" era utilizado enquanto característica positiva, em expressões como "virtudes patriarcais", se referindo ao modo de vida e de costumes da vida no campo. Se refere, assim, às comunidades agrícolas compostas de unidades familiares de produção (MORGANTE; NADER, 2014).

Já a terceira concepção, trazida através do movimento feminista, foi introduzida por Kate Millet, no livro *Política Sexual*. Apesar da continuidade dessa concepção para com a segunda, as autoras feministas, dentre elas Simone de Beauvoir, rejeitam a ideia de uma sociedade matriarcal antes da patriarcal, trazendo a autora a concepção de que os homens sempre estiveram em posição de poder com relação às mulheres. Para tanto, quanto ao termo patriarcado e a relação com a relação com o pai, a teoria feminista não faz distinção entre Pai e Marido (DELPHY, 2009).

O termo hoje ainda vem sendo utilizado enquanto adjetivo, como família patriarcal ou ideologia proletária patriarcal, o que geram críticas feministas, visto a compreensão do termo enquanto um sistema e organização social e política. Existem críticas ainda ao uso do termo pelas feministas, visto que ainda não existe uma concordância teórica e conceitual sobre o termo (SAFFIOTTI, 2004). Entretanto, o que se mostra de conhecimento comum, é o patriarcado enquanto um sistema de poder e dominação dos homens sobre as mulheres, sejam elas a nível de famílias, ou na relação com o Estado (SAFFIOTTI, 2004).

Segundo Delphy (2009), há uma falta de unanimidade quanto à utilização do conceito entre as feministas e uma falta de semelhança nas funções atribuídas ao mesmo. Para a autora isso se dá pela própria falta de alinhamento dentro do movimento, para feministas socialista por exemplo, a opressão é tida como consequência do capitalismo, enquanto que para as

feministas radicais a opressão feminina se dá pelo sistema patriarcal e por seus beneficiários diretos, os homens, enquanto categoria social.

O que se compreende então é o sistema patriarcal enquanto sistema responsável pela posição de poder sobre os homens e que mantém mulheres em lugar de submissão e opressão, a partir de uma estrutura hierárquica desempenhado e mantido através da socialização masculina e feminina, a partir dos preceitos de masculinidade e feminilidade (SAFFIOTTI, 2004).

É a partir de tal processo e com a socialização que se constrói a concepção materialista de gênero, no qual se compreende os traços de masculinidade e feminilidade como consequência da socialização que os sujeitos recebem durante toda a vida, especialmente na infância. Tais comportamentos servem à manutenção do sistema de opressão, de modo que os papéis de masculinidade refletem a comportamentos de dominação e controle, enquanto comportamentos ligados à feminilidade se refletem em atitudes de submissão.

Simone de Beauvoir (2018) reflete sobre a experiência vivida pelas mulheres e descreve “o fundo comum sobre o qual se desenvolve toda a existência humana singular”. A sentença está colocada no capítulo sobre a infância, em que a autora discorre sobre diferenças nas criações de meninos e meninas a partir de corpos, no sentido biológico, ao menos até o início da adolescência, são bastante similares. A autora apresenta as circunstâncias sociais que se impõem sobre as mulheres para limitar sua liberdade desde os primeiros anos de vida. Passos (2000) relata que Beauvoir procura desvincular a identidade de gênero da identidade natural. Nós não somos por causa do nosso sexo, mas nos tornamos pelo que nos é ensinado e cobrado, em decorrência do nosso sexo.

A crítica à naturalização de papéis masculinos e femininos é o tópico primordial para a vertente do feminismo radical, tendo em vista que essa é a raiz do problema. O gênero é a opressão e que coloca a mulher na submissão do lar, que naturaliza a maternidade como dom feminino e como essa mulher se torna material de posse e submissão ao seu chefe familiar. Lar esse que se concerne como uma estrutura de poder, constituída e materializada para além das paredes de uma casa mas fixada na origem, idealização e sua consolidação com a formação da família e o sistema econômico capitalista.

4. TRABALHO, GÊNERO E PROPRIEDADE PRIVADA

Com isso, para falar sobre construção da família, propriedade privada e trabalho é necessário apresentar alguns tópicos introdutórios sobre a constituição de família desde a

civilização pré-histórica até sua contemporaneidade. Almeida (1991) relata que a família é o elemento ativo; ela nunca é estacionária, mas avança de uma forma inferior para uma forma superior, à proporção que a sociedade evolui de um estágio mais baixo para um estágio mais elevado. Em contraposição, os sistemas de parentesco são passivos; somente depois de longos períodos eles registram os progressos que a família fez no decorrer do tempo e só experimentam mudanças radicais depois que a família mudou radicalmente (ENGELS, 2018).

O estudo da Pré-História apresenta situações em que homens vivem em poligamia e suas mulheres vivem simultaneamente em poliandria, por tanto, as crianças são tidos como de todos (ENGELS, 2018). Atualmente, com intermédio da moral cristã, se tornou comum negar esse fato histórico, como o estágio inicial da vida sexual humana, tentando poupar-se da “vergonha” coletiva. Entretanto, a instituição família passou por diversas transformações para chegar a tal qual se é conhecida atualmente.

O primeiro estágio de família se é referida como consanguínea; os grupos que podem casar-se são separados por gerações: todos os avôs e todas as avós dentro dos limites da família são marido e mulher entre si, assim como seus filhos e suas filhas, ou seja, os pais e as mães, assim como os filhos e as filhas destes formarão, por seu turno, um terceiro círculo de cônjuges comuns, e os filhos e as filhas destes, que serão os bisnetos e as bisnetas dos primeiros (ENGELS, 2018); e assim sucessivamente. A configuração típica dessa família se embasa na descendência genética de um casal, na qual, por sua vez, os descendentes de cada grau são irmãos e irmãs e, justamente por isso, maridos e mulheres entre si. (ENGELS, 2018). Entretanto, nesse formato de família, não se sabia ao certo quem era o pai da criança, mas sabe-se bem quem é a mãe, mesmo que ela considere todas as crianças da comunidade como suas, mas a mesma distingue as que gerou.

Sendo assim, podendo apenas comprovar a linhagem apenas pelo lado materno e, portanto, somente a linha materna é reconhecida, gerando futuros conflitos. Entretanto com o tempo, essa constituição de família formou-se leis para manter vigente, segundo Engels (2018), as mulheres eram de todos, porém, pertencia apenas a classe conjugal referente, se compreendendo que todas as mulheres daquele grupo poderiam pertencer à todos os homens de forma nata, mas sem aplicação àqueles fora do círculo social. Por tanto, aquelas que tivessem contato com outros fora da classe conjugal seriam banidas, mesmo as que fossem raptadas, o que ocorria com frequência. E é neste marco que se inicia a constituição ideológica monogamia, depois que o homem o rapta ou sequestra a menina com a ajuda de amigos, todos eles, um após o outro, abusam sexualmente dela, mas depois disso ela é considerada a esposa do jovem que organizou o rapto (ALMEIDA, 1991).

Ao passo que as condições econômicas de vida se desenvolviam e, portanto, minavam o antigo comunismo e à medida que aumentava a densidade populacional, as relações sexuais tradicionais iam perdendo seu caráter de primitividade selvagem e, na mesma proporção, iam-se tornando mais humilhantes e opressivas para as mulheres, tornando-se mais premente para elas o desejo da instituição do direito à castidade e ao casamento temporário ou permanente com um só homem como libertação. (ENGELS, 2018)

Destarte, com a inserção da criação de gado, do processamento do metal, da tecelagem e, por fim, da atividade agrícola, isso mudou. O que aconteceu com as esposas, que antes eram fáceis de conseguir, passaram a ter valor de troca e a serem compradas (ALMEIDA, 1991). A família não se multiplicava tão rapidamente quanto o gado, e eram necessárias mais pessoas para vigiá-lo. Já na condição de prisioneiro de guerra, o inimigo podia ser usado para esse fim e, além disso, podia perfeitamente ser criado e reproduzido como o próprio gado. (ENGELS, 2018) .

Assim que passaram a ser posse privada das famílias e foram rapidamente multiplicadas, essas riquezas representaram um duro golpe para a sociedade fundada sobre o casamento do par e a gens de direito materno. A derrubada do direito materno representou a derrota do sexo feminino no plano da história mundial. O homem assumiu o comando também em casa, a mulher foi degradada, escravizada, tornou-se escrava do desejo do homem é mero instrumento de procriação. Com isso, essa forma de família evidencia a transição do casamento do par para a monogamia. A fim de assegurar a fidelidade da mulher e, portanto, a paternidade dos filhos/filhas, a mulher é submetida incondicionalmente ao poder do homem: quando ele a mata, está apenas exercendo seu direito (MORGAN, 1852).

A monogamia foi a primeira forma de família que não se fundou em condições naturais, mas em condições econômicas , a saber, sobre a vitória da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, de origem natural. Soberania do homem na família e geração de filhos que só podiam ser dele próprio e estavam destinados a ser herdeiros de suas riquezas – estes eram os fins exclusivos do casamento monogâmico, declarados abertamente como tais pelos gregos.

Diante disso, o casamento monogâmico entra em cena como a subjugação de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, desconhecido em toda a história pregressa. Marx e Engels (2010) relatam que esse movimento se configurou como a primeira divisão do trabalho que ocorreu entre homem e mulher visando à geração de filhos. Entretanto, quando observamos essa concepção na realidade de mulheres negras se torna de forma mais violenta, necessitando compreender como o gênero e racismo afetam este corpo.

5. A CONCEPÇÃO DE “INTERSECCIONALIDADE” E SUA COMPREENSÃO DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE SOCIAL

Kimberlé Crenshaw (1989), designa o termo “interseccionalidade” como interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe. Com essa categoria, Crenshaw (1993) coloca em maior foco as intersecções da raça e do gênero, subjacente de forma parcial classe ou sexualidade, que podem contribuir para estruturar suas experiências, referindo às das mulheres de cor, denominadas como mulheres racializadas

Hirata (2014), pontua que a interseccionalidade é uma proposta para "levar em conta as múltiplas fontes da identidade", porém aqui não é seu objetivo criar ou propor uma nova teoria globalizante da identidade, mas compreender quais fatores sócio-culturais afetam a experiência da mulher contemporânea. Para compreender melhor, Crenshaw (1993) propõe a subdivisão dessa terminologia em duas categorias: a primeira dela como a "interseccionalidade estrutural", sendo como a posição das mulheres de cor na intersecção da raça e do gênero e as consequências sobre a experiência da violência conjugal e do estupro, e as formas de resposta a tais violências e a segunda definida como "interseccionalidade política", definida como as políticas feministas e as políticas antirracistas que têm como consequência a marginalização da questão da violência em relação às mulheres de cor.

Angela Davis (2016) na sua obra “Mulheres, raça e classe”, procurou demonstrar de maneira epistemológica o modo como os diferentes tipos de opressões – gênero, raça, classe – estruturam a sociedade, se entrecruzam e combinam. Para a filósofa, voltar-se apenas para a questão de classe social não seria suficiente para ascensão da mulher negra e que seria necessário analisar também desigualdades sociais, pobreza, discriminação, gênero, raça, representatividade e todas as categorias que abrangem a luta das mulheres.

Em suma, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020) compacta esse debate da seguinte forma:

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (Bilge; Collins, 2020).

Destarte, é fato compreender que mulher como categoria social se denomina como um grupo onde há semelhanças entre suas componentes, como por exemplo: processo de

socialização a partir do sexo, compreensão de gênero e conseqüentemente sua relação de poder e questões biológicas. Entretanto, esses corpos não se mantêm apenas no grupo gênero, entendendo que a experiência delas podem se entrelaçar em alguns pontos e se divergir em outros tendo em vista o viés racial, econômico e sexual. Hirata (2014), aborda como o interesse teórico e epistemológico de articular sexo e raça, por exemplo, fica claro nos achados de pesquisas que não olham apenas para as diferenças entre homens e mulheres, mas para as diferenças entre homens brancos e negros e mulheres brancas e negras, como também, fica claro nos trabalhos realizados no Brasil, mobilizando raça e gênero para explicar desigualdades salariais ou diferenças quanto ao desemprego (GUIMARÃES, 2002).

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados levantados foram organizados no Quadro 1 com a especificação do título, autores, ano de publicação, tipo do trabalho e link para acesso, sendo apresentado abaixo:

Título	Autor(es)	Ano	Especificação da Publicação	Link
Mulheres em home office durante a pandemia da COVID-19 e as configurações do conflito trabalho-família.	LEMOS, A. H da C; BARBOSA, A. de O; MONZATO, P.R.	2021	Artigo Científico	https://doi.org/10.1590/S0034-759020200603
Teletrabalho e a mulher: o papel social do cuidado e igualdade na relação de gênero no Brasil.	SANTOS, G.M	2016	Trabalho de Conclusão de Especialização	https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1874
Os impactos do home office na vida das mulheres trabalhadoras antes e durante a pandemia de COVID-19, no Brasil: uma revisão sistemática da literatura.	MELO, K.C.R.	2021	Trabalho de Conclusão de Curso	https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/33656/4/ImpactosHomeOffice.pdf
Os impactos do home office causados na vida das mulheres em razão da pandemia da COVID-19.	ROSENO, C; BORACHE, L; CARMO, M. do; SANTOS, S.	2021	Artigo Científico	https://fateclog.com.br/anais/2021/parte2/855-1132-1-RV.pdf
As relações sociais de sexo/gênero no trabalho docente remoto em home office: quando o espaço público se funde ao espaço doméstico	LISBOA, F.C; QUIRINO, R.	2021	Artigo Científico	https://editorarealize.com.br/editora/anais/desfazendo-genero/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV168_MD_SA_ID_1

				1122021094308.pdf
Trabalho no contexto remoto: uma comparação entre gêneros	NOGUEIRA, J.G; GÓES, B.C; ANDRADE, J.M.S; ALVES, S de S.	2022	Artigo Científico	https://doi.org/10.47820/recima21.v3i2.1117

Conforme apresentado no Quadro 1, existe apenas uma publicação antecessora a pandemia da COVID-19 em torno ao tema dos que foram selecionadas, ou seja, a massiva maioria dos trabalhos foram apenas formulados a partir desse fator histórico, que deixou visível o tempo e esforço gasto no trabalho, como o do trabalho reprodutivo que se designa ao cuidado à membros da família.

Entretanto, de todos os trabalhos selecionados, nenhum deles faz menção à mulher negra nesse espaço. A publicação nomeada “Mulheres em *home office* durante a pandemia da COVID-19 e as configurações do conflito trabalho-família.” realizou entrevista com algumas trabalhadores na condição de *home office*, porém, o perfil de 100% das entrevistadas eram mulheres brancas, de classe média e casada. Proporcionando dois pontos a serem observados: o primeiro sendo a delimitação do perfil da mulher que está na modalidade *home office*, e o segundo, a ausência de pesquisas que discutam sobre esse perfil e por que mulheres racializadas não estão nesse local.

Corroborando com o levantamento dos dados de pesquisa, o PNAD da Covid-19 (2020) relatou que 56% das pessoas trabalhando na modalidade *home office* são mulheres, sendo 66% brancas, 74% com ensino superior e 72% com casa própria. Explicitando a necessidade em compreender que a grande parte dos trabalhadores *home office* são mulheres, e com isso necessita compreender a estrutura de sistema de poder em família, casa e gênero, e compreender onde está inserida a realidade da mulher racializada sendo indígena, negra e amarela.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Delineada com o objetivo de compreender a construção do trabalho em suas esferas, sendo elas: produtiva, reprodutiva e doméstica correlacionado com as mulheres que trabalham na modalidade de *home office* com base teórica no feminismo radical, a presente pesquisa trouxe alguns achados para o debate acerca dos dados presentes, que são explorados, a seguir.

Dada a compreensão do perfil das mulheres trabalhadoras na modalidade *home office* se enquadram como brancas e de classe média, considerada pela nossa sociedade com

privilégios econômicos. É perceptível que os trabalhos não abordam o contraponto deste perfil, sendo mulheres de classe baixa, negras, indígenas e amarelas, inviabilizando a existência das mesmas nesse espaço e não tendo compreensão teórica de qual seria a realidade delas.

A ausência de pesquisa em grande escala sobre como essas mulheres estão nessa modalidade tornou-se um tópico notório. Ainda que exista, mesmo que pouco, trabalhos com foco na concepção das esferas do trabalho para as mulheres com visão para o *home office*, as pesquisas com a utilização de entrevistas são menos ainda, o que dificulta de compreender como essas mulheres se sentem dentro dessa estrutura e suas consequências a saúde física e mental, sendo positiva ou negativa.

Posterior a compreender a estrutura de poder que essas mulheres estão inseridas, e como são afetadas nesse espaço, é necessária a atenção pública para esse grupo minoritário e suas necessidades para serem atendidas pensando em mudanças legislativas. Nesse sentido, o desafio ao poder público está posto, principalmente para assegurar que as condições precárias de trabalho remoto não perdurem para este grupo. E dentro do âmbito acadêmico, abra-se o leque de pesquisas com objetivo de mapear essas trabalhadoras do *home office* em todo território nacional e como as mesmas lidam com essas divisões do trabalho doméstico, reprodutivo e produtivo no mesmo espaço, sendo essa a sua própria moradia.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. W. B. de. **Lewis Morgan: 140 anos dos Sistemas de Consanguinidade e Afinidade da Família Humana (1871-2011)**. Cadernos de Campo (São Paulo - 1991). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/45193>. Acesso em: 30 abril. 2022.
- ARRUZZA, C. **Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo**. Outubro Revista, n. 23, p. 33-58, 2015.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. 1ed. Nova Fronteira: 2018.
- BILGE, S; COLLINS, P. H. **Interseccionalidade** ; tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo. Boitempo, 2020. Disponível em: http://www.ser.puc-rio.br/2_COLLINS.pdf.
- CRENSHAW, K. W. **Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. University of Chicago Legal Forum, p. 139-167. 1989.
- CRENSHAW, K. W. **Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas**. 1993. Traduzido por Carol Correia.
- DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELPHY, C. **“Le patriarcat, le féminisme et leurs intellectuelles”**. Nouvelles Questions Féministes, n. 2, p. 58-74, 1981.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan / Friedrich Engels [1820-1895]** ; tradução Nélio Schneider. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2019
- GUIMARÃES, N. A. **"Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil"**. Cadernos Pagu, 2002.
- HIRATA, H. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo soc., São Paulo , v. 26, n. 1, p. 61-73. 2014 .
- IBGE. **PNAD Covid19**. Brasil e Unidades da Federação - dados de julho de 2020
Elaboração: DIEESE
- JEFFREYS, S. **Beauty and Misogyny: Harmful cultural practices in the West**. Edition 2. Routledge, 2014.
- LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.
- MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto Comunista** (trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings, 1. ed. rev., São Paulo, Boitempo, 2010), p. 40.

MORGAN, L. H. Difusion Against Centralization. **A Lecture Delivered Before the Rochester Athenaeum and Mechanic's Association** . Rochester Athenaeum: D. M. Dewey, 1852.

MORGANTE, M.M & NADER, M,B. **O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico**. ANPUH-RIO, 2014.